

ALFREDO DA CUNHA



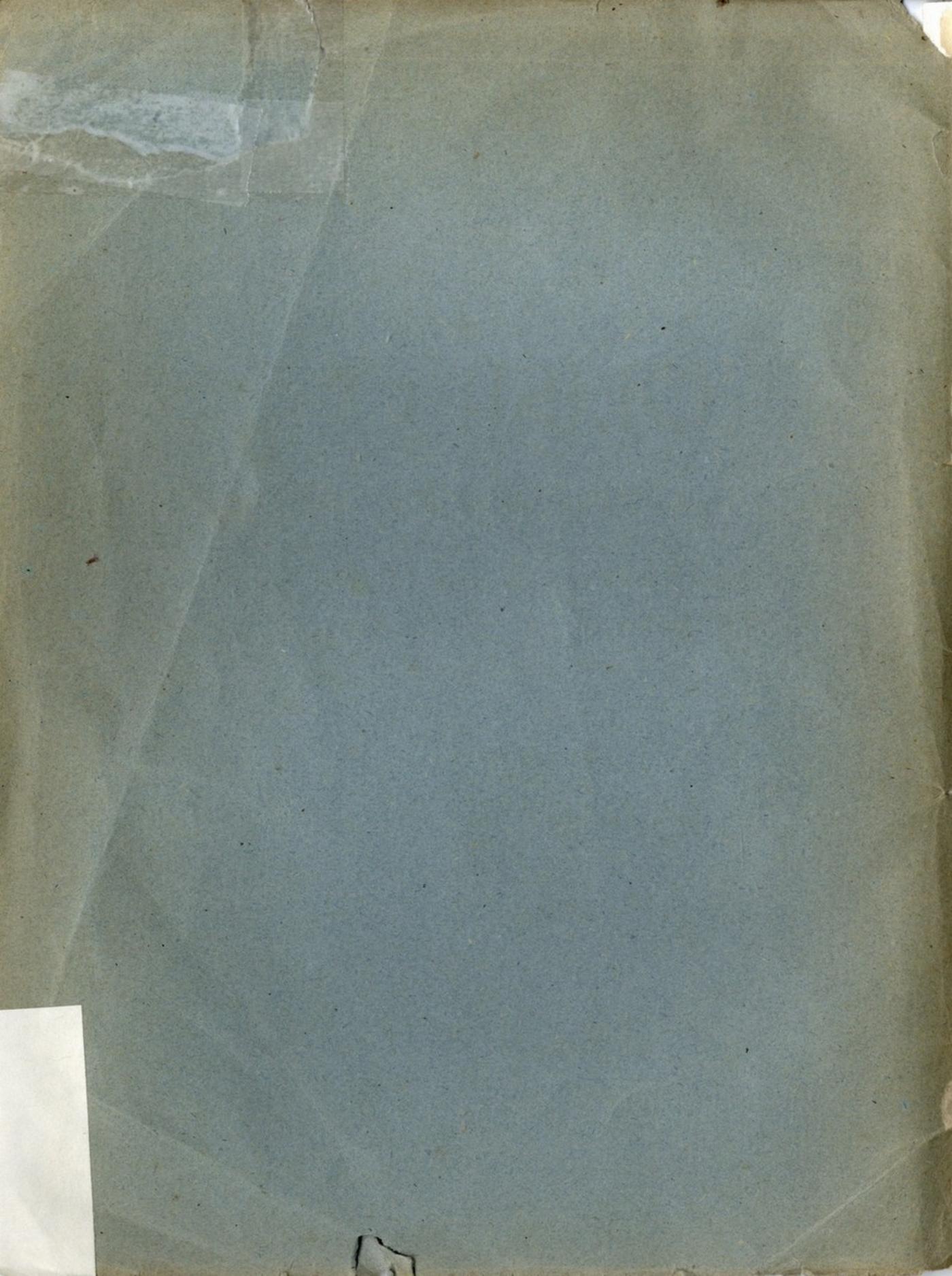
«OLISIPO»

BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

O TRI-CENTENÁRIO DA «GAZETA»
COGNOMINADA «DA RESTAURAÇÃO»



LISBOA — 1939



ALFREDO DA CUNHA



«OLISIPO»

BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

O TRI-CENTENÁRIO DA «GAZETA»
COGNOMINADA «DA RESTAURAÇÃO»



LISBOA — 1939

SEPARATA DOS N.ºs 7 E 8 DE «OLISIPO»

“OLISIPO”

BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

O TRI-CENTENÁRIO DA «GAZETA»
COGNOMINADA «DA RESTAURAÇÃO»

NÃO é esta a primeira vez que, por iniciativa própria, ou a convite alheio, trato em público do interessante problema que, para a história da literatura nacional, representa o apurar-se qual foi o primeiro periódico português.

Sucintamente rememorarei esta incruenta, mas nunca esmorecida campanha, que dura, para mim, há quasi meio século.

Em 1891, numa desenvolvida biografia do insigne jornalista Eduardo Coelho, escrevi eu :

«O primeiro periódico que entre nós se vendeu ao preço de 10 réis, e alguns números ainda por menos, a 4, 5, 6 e 8, parece haver sido também a primeira *Gazeta* que se crê ter existido em Portugal, embora já antes dela houvesse os chamados *papeis volantes*, *relações* ou *notícias* avulsas, que todavia não apresentavam, quanto à sua publicação, a periodicidade que caracteriza o jornalismo. Data de 1641 o primeiro número dessa *Gazeta*, em que se relatam as novas todas, que ouve nesta Corte, e que vieram de varias partes no mes de Novembro de 1641. Com todas as licenças necessarias. E privilegio Real. Em Lisboa. Na Officina de Lourenço de Anveres.»

Esta opinião cada vez mais se fortaleceu com estudos posteriores. E dela me não desviaram pareceres contrários, poucos, é certo, mas

alguns de reconhecida autoridade. De autoridade reconhecida, porém, são igualmente os que, em considerável maioria, se lhes opõem, com decisiva vantagem, a meu ver.

A estes me associei em 1898, na breve memória *La Presse Periodique en Portugal*, apresentada ao 5.º Congresso Internacional da Imprensa reunido em Lisboa. Nesse trabalho reputei a *Gazeta* citada o mais antigo dos três patriarcas do jornalismo nacional, sendo os outros dois o *Mercurio Portuguez* e a *Gazeta de Lisboa*.

Reproduzi esta memória, traduzida, em 1914. ⁽¹⁾ reeditando também a nota que em 1898 dei a lume acerca do nosso primeiro periodista, título êste que atribuía ao redactor, ainda incerto, da *Gazeta* de 1641.

Assim, pois, quando em Julho de 1925 foi lançada a ideia, sugerida pela direcção do Sindicato dos Profissionais da Imprensa, de se comemorar o tricentenário da publicação do primeiro periódico português, se aplaudi essa lembrança incontestavelmente feliz, já do mesmo modo não aprovei a data proposta para a comemoração projectada — Setembro de 1926 —, nem a razão, que se alegou, de haver sido em Setembro de 1626 que se imprimira ou publicara em Lisboa a primeira *Relaçam* de Manuel Severim de Faria, a qual, seguramente, nem sequer nesse mês podia ter sido impressa ou publicada.

Fez-me então uma folha vespertina da capital a distinção de destacar um dos seus redactores para me ouvir sôbre o assunto. E, em 22 de Agosto de 1925, lia-se nela o seguinte :

«A Imprensa Portuguesa vai comemorar, no próximo ano, o terceiro centenário da publicação do primeiro periódico que saiu dos prelos portugueses.

«Em tórno dessa ideia começam agora a surgir alvites que os promotores do centenário devem ler com atenção, para que a Festa da Imprensa resulte um acontecimento brilhante, não só debaixo do seu aspecto comemorativo, mas também como elemento dignificador da profissão.»

(1) No livro intitulado — *Diário de Notícias — A sua fundação e os seus fundadores — Alguns factos para a história do jornalismo português.*

E acrescentava :

«Não é a altura de se fazer a história da Imprensa periódica em Portugal. De resto, ela está feita. Além dos elementos de informação que constam de vários dicionários e publicações da especialidade, o ... jornalista Sr. Dr. Alfredo da Cunha, antigo director do *Diário de Notícias*, apresentou ao 5.º Congresso Internacional da Imprensa uma memória a muitos títulos interessante, onde se faz rigorosamente a biografia de Sua Majestade a Imprensa, desde as primeiras origens até os nossos dias.

«O (mesmo) ... jornalista, conforme disse hoje a um redactor do *Diário de Lisboa*, é de opinião que o primeiro periódico que se deve considerar como o avô dos jornais portugueses é a *Gazeta* de 1641, que era mensal e já nesse tempo estava sujeita à censura régia.

«No entanto, se a *Gazeta* foi o avô, a primeira *Relação* publicada em Lisboa foi, sem dúvida, o bisavô dos actuais órgãos de informação.

«E como ela foi impressa, pela primeira vez, no mês de Setembro de 1626, é nessa data que se deve comemorar o tercelro centenário da Imprensa.»

A estas linhas do distinto jornalista, meu amável entrevistador, haveria que fazer mais de um reparo, tão peremptoriamente se afirmam factos que carecem de fundamento, embora, se o tivessem, muito com alguns dêles me envaidecesse, como o de ter eu feito uma biografia rigorosa da Imprensa. Porque apenas fiz e publiquei algumas notas soltas de arqueologia jornalística, sem quaisquer pretensões a história completa. Esta continua a estar por fazer.

Limitel-me naquela ocasião a observar, além do que acima fica repetido :

— que «a primeira *Relação* publicada em Lisboa» saiu do prelo muitos anos antes de 1626, pois há *Relações* impressas na capital, desde o século XVI;

RELACAM
VNIVERSAL DO
QVE SVCCEDO EM PORTV.

gal, & mais Prouincias do Occidente & Oriente,
de Março de 625. atè todo Setembro de 626.

Contem muitas particularidades &
curiosidades.

*Ordenada por Francisco de Abreu natural
desta Cidade de Lisboa.*



Com todas as licenças necessarias.

EM LISBOA.
Impressa por Geraldo da Vinha. 1626.

— e que, tratando-se da *Relaçam* de Severim de Faria, ⁽¹⁾ referente aos meses de Março de 1625 «até todo o Setembro de 1626», a sua impressão ou publicação, de certeza, só podia ter sido em Outubro daquele segundo ano, e não devia portanto o mês de Setembro de 1626 ser o escolhido para se festejar o tricentenário dum facto que em Setembro de 1626 se não dera.

Efectivamente, resalta isto do mero exame das datas das licenças dadas para a impressão do escrito. Foi em *2 de Outubro* de 1626 que se permitiu que tal *Relaçam* fôsse impressa, devendo depois tornar «*para se taixar e sem isso não correrá*». E que só mais tarde pôde *correr*, infere-se, não apenas da concordância do impresso com o original — o que foi atestado por Frei João Cardoso em *22 de Outubro* — mas também de, ainda depois de cumprida esta formalidade, ter ido à taxaço indispensável para se publicar.

Quere dizer que só em fins de Outubro, ou em Novembro de 1626, podia ter vindo a lume.

Ou porque se reconhecesse a tempo êste êrro, ou porque prevalecesse a opinião de que não devia considerar-se esta *Relaçam* o primeiro periódico português, a comemoração em projecto não foi levada a efeito, com o que muito lucrou a verdade histórica.

* * *

Anos depois, em Março de 1930, havendo uma importante folha de Lisboa publicado, com a epígrafe de — *O primeiro jornal português* a notícia da aquisição, pela Biblioteca Nacional, duma raridade bibliográfica — um exemplar da reedição, feita em Braga por Fructuoso Lourenço de Basto, da citada *Relaçam* de Severim de Faria, — posto reco-

(1) Severim occultou-se sob o pseudónimo de «*Francisco de Abreu, natural desta cidade de Lisboa*».

nhcesse a extrema raridade da espécie, e aplaudisse por conseguinte tal aquisição, impugnei a legitimidade do título dado ao artigo, nos seguintes termos :

«Com raríssimas excepções — e eu só conheço uma, com autoridade, que é a dum escritor doutíssimo ⁽¹⁾, mas que, no trabalho em que se refere à questão, é o primeiro a declarar que não o considera definitivo — os bibliófilos ou tratadistas mais autorizados na matéria não reputam aquela *Relaçam* o primeiro jornal português. ¡Pelo contrário! Essa primazia reconhecem-na, sim, à *Gazeta* de Novembro de 1641.

«Cito, em apoio desta opinião, um artigo do *Panorama*, atribuído por Inocêncio a Herculano ⁽²⁾ e elogiado por Cunha Rivara ⁽³⁾, e os pareceres de grandes jornalistas como Eduardo Coelho ⁽⁴⁾ e Dr. Sousa Viterbo ⁽⁵⁾ e de notabilíssimos bibliógrafos, como Inocêncio Francisco da Silva ⁽⁶⁾ e Brito Aranha ⁽⁷⁾». Não me ocorreu, na ocasião, juntar a esta pleiade de escritores de nome, Teófilo Braga ⁽⁸⁾, Teixeira de Vasconcelos ⁽⁹⁾, Fonseca Benevides ⁽¹⁰⁾ e Ribeiro Guimarães ⁽¹¹⁾, a cuja lista poderia mais tarde acrescentar Bento Carqueja ⁽¹²⁾.

(1) O Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos em *Severim de Faria, Notas biográfico-literárias*, 1914. Separata do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, volume VIII.

(2) *Panorama*, T. II, pág. 101.

(3) *Ibid.*, pág. 133.

(4) *Notice présentée au Congrès littéraire international de Lisbonne*, em 1890.

(5) *Jornal da Manhã*, do Porto, de 16 de Julho de 1895.

(6) *Cartas Bibliographicas*, na *Gazeta de Portugal*, em Outubro de 1863.

(7) *Diario de Noticias* de 16 de Janeiro de 1895.

(8) *Curso de Historia da Literatura Portugueza*, pág. 325.

(9) *Antonio Rodrigues Sampaio, journaliste*, (Paris 1858), pág. 10, em *Les Contemporains Portugais, Espagnols et Brésiliens*.

(10) *Rainhas de Portugal*, T. II, pág. 94.

(11) *Sumario de Varia Historia*, T. I, pág. 184.

(12) *A evolução do jornalismo* (conferência) no *Comercio do Porto* de 27 de Março de 1931.

E continuava na minha carta :

«Não é aqui lugar para discutir, com largueza, o assunto. Isso tenciono fazer na próxima sessão da classe de letras da Academia das Ciências, no dia 10 de Abril, na comunicação em que tratarei das *Relações* de Severim de Faria e das *Gazetas* da Restauração, dando as razões por que considero estas, e não aquelas, os primeiros periódicos portugueses.

«Por agora, limito-me a uma simples transcrição, que sintetiza as opiniões dos demais investigadores que citei. É de Inocêncio, nas *Cartas bibliographicas* a Teixeira de Vasconcelos, posteriores ao volume do *Diccionario Bibliographico* em que tratara das *Relações* de Severim.

«Escreveu êle :

«Não devem entrar nessa classe (das gazetas ou papeis periódicos) algumas poucas *Relações* avulsas, e sem dependência entre si, que uma ou outra vez se imprimiam com a narrativa de sucessos marítimos ou terrestres. *Tampouco deve caber essa denominação* (de periódicos) *às duas RELAÇÕES do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente etc., reportadas uma ao ano de 1626, e outra ao de 1627, especies de Anuarios, como hoje diriamos, que o douto chantre Severim de Faria publicou.*»

Devo acrescentar que êste reparo foi julgado «justo» pela própria folha onde se havia em tempo sustentado que a discutida *Relaçam* de Severim de Faria era o «bisavô dos actuais órgãos de informação», mas que, rendida à evidência das razões expostas, veio afinal a opinar também que «o mais antigo jornal português não foi a *Relação*, que não pode considerar-se jornal, mas sim a *Gazeta* que data de 1641.» (1)

Nestes precisos termos se traduziu essa conversão, que registei com prazer, dado o subido conceito devido a quem tão explicitamente dela me certificava.

(1) *Diario de Lisboa* de 9 de Abril de 1930.

Na sessão da classe de letras da Academia das Ciências, de 10 de Abril de 1930, li efectivamente a anunciada comunicação, cuja doutrina, pelas unânimes manifestações de assentimento com que foi acolhida, e porque êsse trabalho, segundo consta do respectivo *Boletim*, se apresentou «opulentamente documentado», creio ter obtido plena confirmação de tão autorizados ouvintes.

* * *

Convidado mais tarde a escrever para a *História da Literatura Portuguesa, Ilustrada*, o capítulo respeitante ao *Jornalismo do século xvii*, reproduzi, quase textual e integralmente, a minha comunicação académica.

Observava all que havia dois pontos principais a discutir:

1.º — ¿As duas *Relações* publicadas como sendo da autoria de *Francisco de Abreu*, pseudónimo de Severim de Faria, — porque estas, e não outras, é que têm originado a discordância — teriam sido realmente os primeiros periódicos portugueses, dignos dêste nome, o «protótipo dos jornais modernos», como lhes chamou o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos num trabalho que já citei? ¿Ou deverá datar-se do aparecimento da primeira *Gazeta* da Restauração o comêço do periodismo entre nós?

2.º — ¿Dando (apenas por hipótese) como inaceitável esta última conjectura, deverá ter-se a *Relaçam* de Severim de Faria, impressa em 1626, pela primeira publicação portuguesa de *novas gerais*, que é o único ponto de contacto que ela poderá apresentar com os periódicos modernos? Ou, em vez dessa, a primeira terá sido alguma outra das várias «*relações de novas gerais*» a que depreciativamente aludia a Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627, como publicadas «*havia anos*», e portanto muito anteriores à de Severim, a qual ainda incluia «todo Setembro de 1626», e sôbre cujo aparecimento, à data daquele diploma, teriam decorrido, não anos, mas apenas dois ou três meses?

Mínuciosamente apreciei êstes pontos, não reeditando aqui, em todos os pormenores, por demasiado extensa, essa dissertação.

Como simples *Cartas de notícias*, sem nenhuma das características dos jornais modernos, considere as *Relações* de Severim de Faria. Basta, para de tal nos convenceremos, ler o começo e o final da que se julga ter sido a primeira das publicadas, pelos quais se vê que ela era endereçada, não ao público, em geral, mas especial e determinadamente a alguém, que o autor não nomeia, mas que lhe pedira «novas do reino, côrte e mundo» — *novas gerais* — e que vivia «entre Douro e Minho», terminando com estas palavras: «E com isto tenho satisfeito a curiosidade de vossa mercê e a minha obrigação». Nada mais significativo da natureza e intenção particular do escrito. O que se não sabe é por que foram êste e o seguinte, os únicos, dos trinta e um análogos do mesmo autor, que se tornaram públicos pela imprensa.

Semelhantemente, a segunda *Relaçam*, impressa em 1628, era dirigida «a Gil Nicola, cavaleiro francês».

Em vez de periódicos, como se pretende que sejam estas duas missivas, seriam, para me servir dum vocábulo fora de uso — *ânuas* — que Morais Silva define «*cartas que referem os sucessos de aquele ano em que se escreveu*», de que ficaram manuscritas e se encontram no Códice 241 da Biblioteca Nacional de Lisboa, outras destinadas pelo mesmo escritor a Diogo do Couto, ao P.^e Francisco Dias, etc.

Constituíam elas, como o próprio título da coleção expressamente inculca, uma *Historia Portugueza e de outras Provincias de Occidente desde o Anno de 1610 até 1640 escrita em trinta e humas Relações por Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Evora*.

Ora dessas 31 *Relações*, como já notei, as quais não são mais do que outros tantos capítulos da intitulada *Historia*, ou dos *Annaes de Portugal*, de que fala Barbosa Machado, é que, segundo parece, apenas se escolheram, ignora-se por que motivo, repito, a 16.^a e a 17.^a, para se darem à publicidade.

Isto bastaria para afastar a suposição de que a tais escritos, de feição confessadamente epistolar, houvesse a intenção de dar o caracter de periódicos.

* * *

No seu livro *Le Journal*, Eugène Hatin observou com verdade:

«Em seguida à invenção da imprensa, tornara-se geral o uso de imprimir em fôlhas separadas, e vender por baixo preço, relações de todos os acontecimentos notáveis, de todos os factos próprios para atrair leitores.

«Houve dessas fôlhas volantes, em maior ou menor número, quasi por tôda a parte onde havia impressas; mas em parte nenhuma se via que tivessem qualquer encadeamento entre si, e não se lhes poderia, porconsequente, reconhecer o carácter de jornal, de que não tinham nem a periodicidade, nem a continuïdade, nem a variedade, mesmo quando algumas apresentassem entre si alguma semelhança de forma».

Estas linhas dir-se-iam escritas com rigorosa applicação às duas *Relações* publicadas de Severim de Faria, às quais faltam todos os requisitos indicados para se considerarem periódicos.

Êstes pressupõem — a palavra o manifesta — a periodicidade, e esta implica regularidade e continuidade no aparecimento, além de certa uniformidade e interdependência, — ou, como lhe chama Hatin, «encadeamento» — características de tais publicações.

Ora não pode reconhecer-se regularidade e continuidade na aparição de dois folhetos apenas, saídos a lume com o intervalo de pròximamente um ano, dizendo respeito o primeiro aos 19 meses decorridos de Março de 1625 a todo o Setembro de 1626, e o segundo a ano e meio (Março de 1626 a Agosto de 1627) e duplicando-se neles os meses de Março a Setembro de 1626.

Também não apresentam uniformidade entre si, nem quanto ao título, que é no primeiro — *Relaçam Universal*, etc., — e no segundo — *Relaçam do que succedeo*, etc.; nem quanto às oficinas e locais de impressão, porque a primeira *Relaçam* foi impressa na oficina de Geraldo da Vinha, em Lisboa, e reimpressa por Fructuoso Lourenço de Basto, em Braga, e a segunda na oficina de Manuel de Carvalho, em Évora; nem quanto aos destinatários, crescendo que, originariamente, como já notei, parece que nenhuma delas foi destinada ao público, como é da própria razão de ser dos jornais.

Poderá dizer-se que, se, pela falta de todos estes requisitos, as *Relações* de Severim de Faria não deviam reputar-se periódicos, como tais seria lícito considerá-las pela sua essência, isto é, pela natureza dos

assuntos e maneira de os tratar, — condições estas que lhes imprimissem o character de inovação literária e lhes dessem lugar de direito e assento de primazia no campo do jornalismo.

¡Mas também não! Porque essas narrativas de sucessos, ou *relatorias*, como a uma sua *Relação* chamou Francisco Vaz de Almada, encontram-se semelhantemente, naquela mesma época, e ainda antes, em livros ou folhetos que ninguém nunca julgou terem a menor afinidade com periódicos.

Propagara-se, desde que a imprensa se introduziu em Portugal, a febre do noticiário, como se diria hoje. A atestá-lo ficaram muitas *Relações* dos séculos XVI e XVII, em grande parte registadas por Figanieri na *Bibliographia Historica Portuguesa*.

Apontou-o Garcia de Rezende na *Miscelânea* :

E vimos em nossos dias
A letra de forma achada
Com que a cada passada
Crescem tantas livrarias
E a sciencia é aumentada.

A ciência... e a curiosidade do público leitor, que, se naquele tempo era, em comparação com o dos nossos dias, muito menos em quantidade, não o seria, porém, na qualidade de amator das «novas novidades», de que noutro lugar falava o mesmo autor da quintilha transcrita.

As *Relações*, como é sabido, davam conta de guerras, viagens, mortes e nascimentos, incêndios e naufrágios, prodígios e aparições, havendo até algumas já ilustradas com estampas. Era uma forma de fazer história, e não de fazer jornalismo, como o não fazem essas folhas avulsas que ainda presentemente ouvimos apregoar pelas ruas, e que tomam por objecto algum recém-ocorrido caso «sensacional», para me servir do termo corrente na gíria da reportagem moderna.

A diferença que Manuel de Faria e Sousa achava entre as *Relações* e a história à maneira de Tácito, infere-se do *Prologo* com que abre a *Historia del Reyno de Portugal*, ou *Epítome de las histórias portuguesas*, em que êle atribui às primeiras a feição de simples narra-

ções de factos «desnudas», e à segunda, estilo «facil y abierto, llano y lleno», segundo se expressou no castelhano em que escreveu.

Até em livros, como, por exemplo, no final de cada capítulo do Tômoo II da *Europa portuguesa*, do mesmo Faria e Sousa, contemporâneo de Severim de Faria, e no que êle denominava *Parergon*, se nos deparam, com o título de «*Memorias del Mundo por estes años*», notícias de acontecimentos vários, que nada tinham com a matéria própria da história dos nossos reis, que é o assunto da obra.

Cito apenas o último *Parergon*, dividido em duas secções — *Memorias propias* e *Memorias estrañas*, que fazem lembrar as duas partes das *Relações* de Severim de Faria — «*O que succedeo em Portugal*», e nas «*mais Provincias do Occidente e Oriente*».

Relações chamou D. Francisco Manuel de Melo às suas *Epanáforas de varia historia portugueza*, como João de Barros, nas *Decadas*, dissera que ia fazer *relação* dos sucessos ocorridos.

E outra coisa não é senão — como observou Castilho — uma longa *Relação*, em verso, de factos notáveis ou informações de vária espécie, a *Miscelânea* de Garcia de Rezende, a que aludi, e cuja primeira edição (1554) precedeu, mais de três quartos de século, as *Relações* de Severim de Faria.

Ali se contam, com facilidade de versejar que invejariam muitos gazetilheiros nossos contemporâneos, o que êle chamou «*casos e coisas*» e «*novas novidades*».

Mudanças e grandes feitos,
Em papas, reis, dignidades,
Em reinos, vilas, cidades. . .

Por mera curiosidade, para dar ideia da narrativa metrificada de Rezende, transcreverei algumas estrofes em que se fazem referências directas a Lisboa:

Vi que em Lisboa se alçaram
povo baixo e vilãos
contra os novos cristãos,
mais de quatro mil mataram

dos que houverão às mãos: (1)
uns dêles, vivos queimaram,
meninos despedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos e vilezas
em todos quantos acharam.

Estando só a cidade
por morrerem muito nela
se fez esta crueldade;
mas el-rei mandou sôbr'ela
com mui grande brevidade;
muitos foram justicados,
quantos acharam culpados
homens baixos e bargantes,
e dois frades observantes,
vimos por isso queimados.

El-rei teve tanto a mal
a cidade tal fazer,
que o título natural
de nobre e sempre leal
lhe tirou e fez perder;
muitos homens castigou
e officios tirou;
depois que Lisboa viu
tudo lhe restituiu
e o título lhe tornou.
.....

Lisboa vimos crescer
em povos e em grandeza,
e muito se nobrecer

(1) A 20 de Abril de 1506, em dia de Pascoela.

em edificios, riqueza,
em armas e em poder ;
porto e trato não há tal,
a terra não tem igual
nas frutas, nos mantimentos ;
govêrno, bons regimentos
lhe falecem e não al.

.....

Vi que em Lisboa caiu
da costa gran quantidade (1)
duas ruas destruiu,
duzentas casas sumiu,
foi grão temor na cidade ;
aquestes tremores tais
e outros muitos sinais
vemos, sem termos lembrança
de Deus, nem fazer mudança
de nossas vidas mortais.

.....

Vi el-rei nosso Senhor, (2)
quando foi por rei alçado,
nunca foi tão grande estado
nem rei com tanto primor
se viu nunca levantado
com tanto estado real,
infantes e cardeal,
duques, marquezes, prelados,
condes, fidalgos honrados,
com a frol de Portugal.
Em Lisboa assim saiu
dos paços pela ribeira,

(1) O terramoto de 1522.

(2) D. João III.

gente sem conto o seguiu,
gentileza não se viu
nunca em rei tão verdadeira,
a cavalo, mui galante,
e todos a pé diante ;
do grão triunfo não falo,
e as redeas do cavalo
a pé levava o infante.

.....

Em Lisboa então se viu
e vimos mula parida (1)
para isso aí trazida
de Punhete, onde pariu,
de todos vista e sabida ;
e o filho, que criava,
perante todos mamava ;
no Rocio na Ribeira,
foi vista desta maneira
de muita gente que olhava.

E depois apareceu
um cometa mui famoso (2)
que não minguou nem cresceu,
nem andou, nem se moveu,
e não era luminoso ;
cousa branca, mui comprida,
direita, com gran medida,
bem quinze noites se viu,
pouco e pouco se sumiu
té ser desaparecida.

(1) Em 1520.

(2) No verão de 1530.

Por estas amostras, de tão diverso sabor, com que procurei amenizar um pouco a aridez do presente estudo, avalia-se a natureza das «novas novidades» e das «cousas de outras sortes, que ha na terra e no mar», com que o moço de escrevaninha de D. João II compôs esta *relação* quinhentista, que só diferia das outras em ser versificada.

Desde os usos e costumes de povos bárbaros até as cerimónias e festas da cõrte; desde as mortes de altas personagens até os nascimentos de ilustres rebentões fidalgos; desde os descobrimentos e conquistas de além-mar, até as façanhas guerreiras na metrópole; desde os maravilhosos fenómenos celestes, até os pavorosos abalos terrestres; desde os nomes dos grandes homens da nobreza e da clèrezia, até os dos grandes artistas e escritores; desde os factos mais notáveis até as mais comezinhas informações àcêrca dos preços dos cereais e dos artigos do vestuário feminino ou os prodígios mais inverosímeis, como o do menino de Évora

que a dois anos não chegava
e intendia, e falava,
e era já bom latino,
respondia e perguntava...

tudo na *Miscelânea* vem narrado com pormenores dignos dum bom noticiarista.

Nem lhe faltava a crítica acerada das iniquidades e maus hábitos do seu tempo — que são, afinal, de todos os tempos —

. . . os bons descahidos
e os maus mui levantados.
.....
Sandeus desinvergonhados
valer com seus artificios,
estrangeiros com officios
e senhores enganados. . .
. . . muitos mandar
que deviam ser mandados.
Vemos em ladrões falar;

se os há, não são achados
ou não os querem catar.

Muitas outras quintilhas mostram o character noticioso, e quasi diria de verdadeira reportagem, da curiosa *Miscelânea*, cujo autor assim escrevia àcêrca das modas do seu tempo, que, em leveza, parece que se assemelhavam às do nosso :

Agora vemos capinhas,
Muito curtos pelloinhos,
Golpinhos e çapatinhos,
Fundas pequenas, mullinhas,
Gibõezinhos, barretinhos,
Estreitas cabeçadinhas;
Pequenas nominaszinhas,
Estreitinhas guarnições,
E muitas mais invenções,
Poís que tudo são cousinhas.

ou relatava sucessos dignos de admiração e memória, como a criação da «Misericórdia santa»,

Cousa tanto de louvar,
Que não sei quem não se espante
De mais cedo não se achar.

ou aludia aos descobrimentos dos portugueses :

Outro mundo novo vimos
Por nossa gente se achar,
E o nosso navegar
Tão grande, que descobrimos
Cinco mil léguas por mar.

ou registava factos causadores de espanto :

Vimos cá vir elefantes,
Outras bestas semelhantes
Trazer da Índia por mar,
Por mar os vimos mandar
A Roma mui triunfantes.

ou, descendo a assuntos de menos pasmo, dava conta dos preços dos mercados :

Vimos por vinte cruzados
Luvras de coiro vender.

.....
Vimos em Évora valer
Os mojos de pão iguaes,
Quinze, vinte mil reais ;
Agora os vemos vender
A septenta mil e mais.

Ano vi tão abastado
Que a oito reais comprados
Foi o alqueire de pão ;
Outro vimos em que não
Se achava por um cruzado.

A admitirmos o critério de que as *Relações* de Severim de Faria são os *avós* dos jornais hodiernos, seríamos logicamente forçados a aceitar que as gazetas de hoje tiveram como *bisavó* a gazetilha de Garcia de Rezende. E então, para não sermos inconstantes, deveríamos fixar a data de 1954 para se comemorar, não o terceiro, como se projectou fazer em 1926, mas sim o quarto centenário do primeiro jornal português! Com o que muito se envaideceriam certamente os que, acima do rigor histórico, põem a vanglória das jactâncias patrióticas, visto que, a ser tudo assim, Portugal, neste particular, levaria a palma, em primazia, às outras nações da Europa.

«Eis a que longínquas eras (escrevi em tempo, e vem agora a propósito repeti-lo) e a que género de publicações se teria de remontar.

para descobrir os primórdios do nosso jornalismo, se se atender apenas à índole noticiosa das *relações* ou escritos congêneres, e não a outros requisitos que melhor definem e caracterizam o periodismo, como bem se notava num artigo do *Panorama* atribuído a Alexandre Herculano».

O argumento documental decisivo contra os que pretendem que a primeira *Relaçam* publicada de Severim de Faria seja o *primeiro jornal português*, é fornecido pela citada Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627. Induz ela à convicção iniludível de que, segundo já deixei notado, *anos antes* daquela *Relaçam*, publicada em fins de Outubro ou Novembro de 1626 (isto é, *dois ou três meses* apenas antes de tal diploma) já tinham aparecido impressas outras análogas.

Era concebida nos seguintes termos essa providência do rei intruso:

«De alguns anos a esta parte, se tem introduzido nessa cidade (Lisboa) escrever e imprimir relações de novas gerais — e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias, e que antes de as dar, se revejam e examinem com particular cuidado».

Silva Túlio⁽¹⁾ cortou tôdas as dúvidas quanto a não terem sido as duas *Relações* publicadas de Severim de Faria as primeiras, impressas, de *novas gerais*, neste comentário à *Carta Régia* citada:

«A *relação de novas gerais* que daquelle tempo se conhece é a do nosso clássico Manuel Severim de Faria, publicada em 1626, com o título de *Relação Universal*, etc.

«Dizendo, porém, a citada carta régia que o uso de escrever e imprimir tais *relações* se havia introduzido *de alguns anos a esta*

(1) *Introdução Bibliológica ao primeiro Brinde aos Senhores Assignantes do Diário de Notícias*. — 1866.

parte, referindo-se ao ano de 1627, em que foi datada, é claro que não aludia só à de Severim de Faria publicada em Lisboa no ano antecedente, porém a outras *alguns anos mais antigas*».

Nem às *Relações* de Faria podia aplicar-se a imputação de nelas se «falar com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes», porque, segundo o texto da censura de Frei João Cardoso feita à primeira, «não tem coisa contra nossa Santa Fé e bons costumes, antes parece curiosa e honesta». E também porque o autor estava acima de toda a suspeita de redigir escritos inconvenientes.

O colector do *Catálogo do Dictionario* da Academia das Ciências, de Lisboa, definia-o como «a pessoa mais autorizada e respeitável pelas virtudes e letras que em seu tempo se conhecia em Portugal», gabando-lhe «a candura e modéstia de character», e o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos considera-o «pessoa comedida e ponderada por natureza».

A Carta Régia não podia, pois, ser carapuça talhada para a sua veneranda cabeça . . .

* * *

As duas *Relações*, publicadas, de Severim de Faria, têm dado motivo a diversas inexactidões e confissões de ignorância por parte dos que àcerca delas escreveram, visto que a sua raridade impossibilitou a maior parte dos bibliógrafos de as verem e examinarem.

Mais feliz, porém, do que êles, pude ver e comparar os frontespícios dos três folhetos impressos, um em Lisboa, outro em Braga e outro em Évora, e assim assinalar, sem receio de contradita, mas sem o menor intento de censura, as omissões ou lapsos dos escritores que se lhes têm referido, e a quem faltou a possibilidade de cotejarem tais *Relações*, ou de se certificarem da existência de algumas delas.

Assim é que Barbosa Machado ⁽¹⁾ e Jorge Cesar Figanieri ⁽²⁾ re-

⁽¹⁾ *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, pág. 372.

⁽²⁾ *Bibliographia Histórica Portugueza*.

gistem a edição da primeira, impressa em Lisboa por Geraldo da Vinha, mas não deram notícia da que saiu em Braga em 1627.

No *Catálogo dos autores* que precede o único tomo do *Diccionario da Língua Portugueza*, publicado pela Academia das Ciências (1793) a pág. cxi, menciona-se tal *Relaçam* como impressa em Braga, em 1627, e não se dá notícia da de Lisboa, de 1626, de que aquela foi a reedição, e cuja existência o colector parece ter ignorado.

Silva Túlio, no estudo bibliológico que já citei, dá como impressa em Braga, não a primeira *Relaçam*, ali reeditada, mas a segunda, que não se imprimiu ali, mas sim em Évora.

Inocência Francisco da Silva ⁽¹⁾ menciona a de Lisboa, de que viu um exemplar, mas, por um desses lapsos de admirar em tão cuidadoso bibliógrafo, dá como impressa em Braga, em 1627, não a reedição da de 1626, mas a que só consta haver sido impressa em Évora, em 1628, e da qual ninguém regista qualquer reimpressão. E agrava a inadvertência, dizendo que a segunda *Relaçam* vem apontada, como saindo em Braga, no *Catálogo dos autores* constante do *Diccionario* da Academia, quando tal não é, pois ali vem mencionada como tendo saído em Evora, da oficina de Manuel de Carvalho.

A. X. da Silva Pereira, no seu *Diccionario Jornalístico Português*, cujo manuscrito completo foi adquirido e é conservado pela Academia das Ciências de Lisboa, acertando quanto à descrição da *Relaçam* de 1626, e quanto a haver sido esta reeditada em Braga, desacerta quando afirma que ninguém viu esta reedição, porque fôra ela vista, ao menos, por quem elaborou o referido *Catálogo* e por quem possuía o exemplar que hoje pertence à Biblioteca Nacional.

Finalmente o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, baseando-se na informação errada de Inocência, certamente porque não pôde examinar os exemplares, que, com verdade, diz que são «raríssimos» de tais *Relações*, na *Resenha Cronológica da vida de Severim*, que é um dos capítulos das suas já citadas *Notas biográfico-literárias*, à cerca do célebre Chantre, assinala a data de 1627 à «publicação, em Braga, de

(1) *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo 6.º, pág. 108.

outra *Relaçam*» diferente da Lisboa, e que afirmara ser «concernente aos anos de 1626 e 1627», quando, como já notei mais de uma vez, ela é apenas uma reedição incorrecta da primeira concernente a Março de 1625 até todo o Setembro de 1626; e fixa a data de 1628, à «nova edição, em Évora, da segunda *Relaçam*», quando não é «nova», mas sim a única até hoje conhecida.

Vem a-propósito chamar a atenção para a circunstância curiosa de, abrangendo a primeira *Relaçam* os meses indicados até fim de Setembro de 1626, o censor frei João Cardoso ter dado o seu parecer e o Bispo Inquisidor Geral e o Ordinário terem concedido as licenças, em datas respectivamente de 14, 16 e 17 de Abril daquele mesmo ano. Recairam, pois, não sôbre tôda a *Relaçam*, respeitante a 19 meses, mas apenas sôbre a parte referente a 13 meses, começados em Março de 1625, e que, na *História Portuguesa* manuscrita de Severim de Faria, a que aludi, constitui o 16.º capítulo.

«Seria isto (como já em tempo formulei a pergunta) porque tanta confiança inspirava a todos o probo e respeitabilíssimo Chantre, que se achou dispensável voltar a *Relaçam* a correr os trâmites da censura com as notícias adicionadas dos seis meses, de Abril a Setembro de 1626, e bastou que o mesmo frei João Cardoso lhes desse o passaporte para a publicidade, autorizando a impressão em 2 de Outubro de 1626?»

A esta hipótese dão certa verosimilhança as palavras do Dr. frei Francisco Brandão, cronista-mor, na informação do Desembargo àcêrca das *Notícias de Portugal* do mesmo Severim de Faria :

«Não tenho que dizer mais, senão que a abonação do seu Autor as qualifica, e que sempre que der à luz obras suas, terão a estimação que merecem, assim pela erudição, com que as exorna, como pelo zêlo do serviço de Vossa Magestade e da pátria, que lhe reconheço há muitos anos».

Esta apreciação não representava apenas um juizo favorável quanto à obra que lhe era presente; quási importava uma espécie de

salvo-conduto, firmado na «abonação», que o passado do autor justificava, quanto aos seus trabalhos futuros.

Não haveria, pois, em tempos pretéritos, o venerando Chantre da Sé de Évora beneficiado do conceito em que por todos era tido e da confiança que mereciam os seus trabalhos e virtudes?

Seja qual fôr a explicação, não conheço outro caso semelhante, naquela época, de escapar pela malha da rede da censura, ou seja das «licenças ordinárias», de que fala a Carta Régia de 1627, um escrito impresso, como o de que se trata.

* * *

Arredadas da discussão as *Relações* de Severim de Faria e quaisquer outras das suas predecessoras, fica-nos a *Gazeta* referente a Novembro de 1641, como o incontestável primeiro periódico português.

Foram as *Gazetas* que vieram então, como, no artigo atribuído a Alexandre Herculano, se escreveu no *Panorama*, «animar o povo depois daquela ousada tentativa (a restauração de 1640)», «narrar-lhe as vantagens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las; e porventura o govêrno não achou meio nenhum mais azado a seus intentos, do que lançar mão das *Gazetas*, invento que, como vimos, era já conhecido em outros países da Europa».

E no mesmo artigo, descrevendo-se a natureza e fins dessas publicações periódicas, explica-se:

«O objecto principal destas *Gazetas* antigas era dar notícias da guerra com Castela; continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis, e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos».

Estas *Gazetas*, diferentemente das duas *Relações*, publicadas, de Severim de Faria, foram, no seu maior número, mensais, desde Novem-

GAZETA,
EM QVE SE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, EQVE VIERAM DE
varias partes no mes de Nouem-
bro de 1641.



Com todas as licenças necessarias
E privilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres,

bro de 1641, até, pelo menos, 1647 ⁽¹⁾, e impressas em Lisboa, o que lhes assinala a periodicidade e a continuidade; tiveram interdependência ou «encadeamento», porque algumas delas chegam a inserir rectificações ou esclarecimentos às precedentes; e diligenciavam transmitir aos leitores informações tão completas, variadas e rápidas, quanto isto era compatível com os escassos recursos da reportagem daquela época.

* * *

Chegado quasi ao final desta dissertação, seja-me permitido repetir os períodos com que encerrei um já citado trabalho meu sobre este mesmo assunto.

«Se se tornar a pensar — e é justo que a seu tempo se pense — na comemoração do tricentenário do primeiro periódico português, acertadamente se procederá fazendo a conta dos 300 anos a partir, ou de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provavelmente foi publicada, visto que antes de 5 dêste último mês — dia em que foi taxada para venda — não lhe era lícito aparecer em público.

«Sentimos deveras não poder formular conclusões que façam remontar muito além do ano indicado o início do periodismo em Portugal. Assim dariamos satisfação aos que se compraziam em celebrar, mais do que o tricentenário, o milénio dêsse facto...

«Deploramos vivamente não ter encontrado jornais em que houvessem colaborado vigorosos evocadores dos episódios da história pátria, como Fernão Lopes; romancistas imaginosos, como Vasco de Lobeira; novelistas sentimentais, como Bernardim Ribeiro; graciosos e mordazes críticos de costumes, como Gil Vi-

⁽¹⁾ No *Diccionario Bibliographico Portuguez*, (T. 9.º, pág. 418 e segs.) encontra-se a lista de 37 *Gazetas*, existentes naquela data (1870) na Biblioteca de Évora.

cente; comentadores filósofos, como Sá de Miranda; cronistas verzejadores, como Garcia de Rezende, ou gazetilheiros espirituosos e satíricos, como alguns dos poetas do seu *Cancioneiro* — os dos *Porquês* e dos *Arrenegos* —; repórteres de viagens como Fernão Mendes Pinto; fazedores de secções de *falar e escrever*, como poderiam ter sido os gramáticos Fernão de Oliveira ou João de Barros. E ficaríamos encantado, se acaso se nos deparasse uma revista de jurisprudência, que João das Regras tivesse dirigido; ou de medicina, sob os auspícios de um Pedro Julião; ou de ciências matemáticas, tendo um Pedro Nunes a orientá-la; ou de literatura — uma ilustração talvez, para que dessem desenhos os iluminadores da época — com um Camões à frente da sua redacção, rodeado, como colaboradores, dessa pleiade de quinhentistas, seus contemporâneos, que em prosa e verso se tornaram célebres.

«Porque a todos êsses vultos das ciências ou das letras só o que faltou para terem sido insignes e gloriosos jornalistas, foi . . . o haver jornais no seu tempo e na sua pátria, ou o terem vivido depois da imprensa periódica invadir o mundo civilizado.

«Confrange-nos, finalmente, ter de sacrificar os desejos de aumentar o cabedal das nossas glórias ao dever de procurar a verdade, e de, tendo-a achado, e dela estando convencido, a justificar e proclamar, adequando ao caso o dito referido a Platão: — *Amica patria, sed magis amica veritas*. . .»

E com a verdade parece que estou realmente, quando, ao recusar-me absolutamente a considerar as *Relações* de Severim de Faria o «protótipo dos jornais modernos» — e «protótipo» significa o modelo mais perfeito e exacto — apenas concordo em reputá-las, com o douto professor Mendes dos Remédios ⁽¹⁾ as simples «precursoras», isto é, as modestas núncias que precederam ou pressagiaram o aparecimento do primeiro genuíno periódico português.

⁽¹⁾ *História da Literatura Portuguesa*, pág. 358.

Além de que, em tal opinião, vejo-me não só na companhia da dezena de escritores de óptimo nome que já citei, mas também apoiado pelo consenso geral da imprensa diária de Lisboa e Pôrto, que, em 1 de Maio de 1938, perfilhou e aplaudiu o meu alvitre de se celebrar em 1941, e em continuação ou complemento das comemorações dos centenários da Independência e da Restauração de Portugal, o tricentenário da publicação que iniciou o periodismo entre nós, ou seja da *Gazeta* de 1641. Foi ela que, pelos serviços que prestou à consolidação daquele segundo feito da nossa história, e porque para êsse fim se criou e foi protegida por D. João IV, ficou, como é sabido, a cognominar-se «da Restauração»⁽¹⁾.

Aquela espécie de sufrágio, consagrado pela entusiástica aceitação, que a ideia recebeu do Sr. Dr. Alberto de Oliveira, então presidente da Comissão dos Centenários, veio provar-me que no próprio jornalismo nacional se reconheceu a procedência do que deixo exposto, e então resumi na carta que enderecei àquele eminente escritor e diplomata, e que a imprensa publicou.

* * *

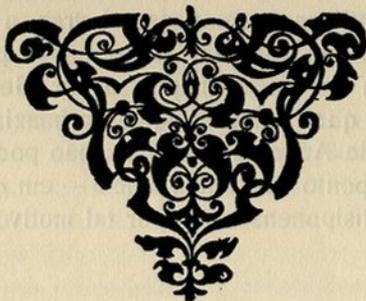
Terminada esta longa digressão pelos domínios da arqueologia jornalística, resta-me justificar, em poucas palavras, a epígrafe que lhe dei.

Tanto os poucos que reputam ser o nosso primeiro periódico a *Relaçam* de Severim de Faria «impressa por Geraldo da Vinha» em 1626, como os muitos que conferem aquela primazia à *Gazeta* saída da oficina de Lourenço de Anveres, em 1641, não podem deixar de convir — e êste é o único ponto de concordância — em que ambas foram impressas em oficinas olisiponenses. E, por tal motivo, não julguei desca-

⁽¹⁾ D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, atribue até, em parte, à autoria do próprio monarca a redacção das notícias por meio de cuja divulgação pela imprensa D. João IV pretendia ter, no reino e nas conquistas, os súbditos «contentes e satisfeitos com os bons sucessos das suas armas».

bido assinalar o facto neste *Boletim* destinado a arquivar estudos acêrca de assuntos respeitantes à nossa capital, e que, por isso mesmo, se intitula *Olisipo*.

Insisti e demorei-me na prova de que à primeira *Gazeta* da Restauração cabe o direito de ser reconhecida como a genuina ascendente dos periódicos nacionais, porque a alguma outra das diversas *Relações* publicadas antes das de Severim de Faria (ou até à primeira destas, que por alguém fôsse dada como impressa em Braga ou em Évora, tantos e tamanhos têm sido os erros dos que as descreveram sem as ter visto!) e que, sendo congêneres das do célebre Chantre, houvesse porventura sido impressa em oficina de alguma terra provinciana, poderiam vir a atribuir fantasiosamente tal parentesco. Ora, com esta espécie de processo de investigação de paternidade legítima, que deixo instruído, o que pretendo é evitar que chegue a transitar em julgado alguma arbitraria sentença contra a aludida *Gazeta*, expoliando assim Lisboa da inauferível glória de ter sido, como lhe chamei no título dêste estudo, o «berço do periodismo português».



IMPRESA
LIBANIO DA SILVA
Trav. do Fala-Só, 24
L I S B O A